GABINETE DO VEREADOR VILMAR MACCARI - PDT

Ao Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco

O Vereador Vilmar Maccari - PDT, infra-assinado no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 175/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 1º Torna obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados na área do Parque de Exposições do Município de Pato Branco, para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, entende-se por área, todos os pontos em que são realizados eventos no Parque de Exposições de Pato Branco.

- Art. 2º O fornecimento das cadeiras de rodas referido no art. 1º será gratuito, sem qualquer ônus para o usuário.
- Art. 3º No Parque de Exposições deverá haver sinalização indicando o local onde as cadeiras de rodas motorizadas se encontram disponíveis aos usuários.

Parágrafo único. As cadeiras de rodas motorizadas a serem disponibilizadas aos usuários devem:

- I permanecer em local de fácil acesso aos usuários, conforme definido pelo Poder Executivo;
 - II estar sempre em amplo funcionamento e em bom estado de conservação.
- Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
 - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 12 de junho de 2019.

Vilmar Maccari Vereador – PDT



JUSTIFICATIVA

Um princípio fundamental da República Brasileira é a Igualdade, onde todos os brasileiros gozam dos mesmos direitos e obrigações, ou seja, não deve haver nenhuma distinção entre pessoas que se encontrem na mesma situação, é preciso garantir oportunidades iguais para a concretização dos objetivos de cada cidadão.

No entanto proponho esta Lei, para garantir aos cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida o direito de livre circulação com segurança, no ambiente citado para terem mais conforto em seus momentos de lazer.

Pato Branco, 12 de junho de 2019.

Vilmar Maccari Vereador – PDT





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de la usua 175/2019.

Pato Branco, 12/06/2019

Joecir Bernardi - SD Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Ao Departamento Legislativo Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

O Vereador infra-assinado **Joecir Bernardi - SD**, Relator pela Comissão de Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 175/2019, solicita <u>Parecer Jurídico</u> referente a matéria proposta para que, posteriormente, esta relatoria possa emitir o Parecer da comissão.

Pato Branco, 17 de junho de 2019.

Joecir Bernardi - SD Relator 1 -18-0:01-2019-14:58-035162-2/2



Paraná





PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº** 175/2019

Pato Branco, 18/06/7019



Câmara Municipal de Palo Branco

Estado do Paraná

PARECER JURÍDICO PROJETO DE LEI Nº 175/2019

Em atenção a solicitação efetuada pelo Vereador Joecir Bernardi – relator da matéria na Comissão de Justiça e Redação, esta Assessoria e Procuradoria Jurídica emite o seguinte posicionamento jurídico pertinente ao tema objeto da consulta:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do ilustre Vereador Vilmar Maccari - PDT, que tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Em síntese, justifica o autor da proposta legislativa, que o princípio fundamental da república Federativa é a igualdade, onde todos os brasileiros gozam dos mesmos direitos e obrigações, ou seja, não deve haver nenhuma distinção entre pessoas que se encontrem na mesma situaçã, é preciso garantir oportunidades iguais para a concretização dos objetivos de cada cidadão.

Diante isso, pretende garantir aos cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida o direito de livre circulação com segurança, no ambiente citado para terem mais conforto em seus momentos de lazer.

É o brevíssimo relatório.

Sob o aspecto jurídico, nada obsta a tramitação do presente projeto de lei, já que elaborado no regular exercício da competência legislativa.

No que tange ao aspecto formal, a propositura encontra fundamento no artigo 32, caput, da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, segundo o qual a iniciativa das leis cabe a qualquer vereador, ao Prefeito e aos Cidadãos.

Em outro aspecto, consoante o disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, dispositivo esse recepcionado no artigo 9°, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, pertinente ao tema proposto.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

No que diz respeito à natureza jurídica das normativas propostas pelo projeto em apreço, tratam-se de típicas normas de polícia administrativa.

Sobre o tema, o saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles em sua obra Direito Municipal Brasileiro (17ª Edição — Malheiros Editores), leciona que: "... detém o Município Poder de Polícia, que é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. No âmbito municipal o poder de polícia incide sobre todos os assuntos de interesse local, especialmente sobre as atividades urbanas que afetem a vida da cidade e o bem-estar de seus habitantes. A razão do poder de polícia é a necessidade de proteção do interesse social e o seu fundamento está na supremacia geral que a Administração Pública exerce sobre todas as pessoas, bens e atividades, supremacia que se revela nos mandamentos constitucionais e nas normas de ordem pública, que a cada passo opõem condicionamentos e restrições aos direitos individuais em favor da coletividade, incumbindo ao Poder Público o seu policiamento administrativo.

Para propiciar segurança, higiene, saúde e bem-estar à população local o Município pode regulamentar e policiar todas as atividades, coisas e locais que afetem a coletividade de seu território."

Nesse mister, a competência para regulamentar, aspectos referentes à segurança e bem-estar à população local , instituindo parâmetros mínimos, de conteúdo obrigatório, é tipicamente municipal, amparada pela competência genérica exclusiva conferida pelo inciso I, do art. 30, da CF/88.

Desse modo, tratando-se efetivamente de matéria pertinente a mobilidade, acessibilidade e comodidade, é incontroversa a sua subsunção ao comando constitucional fixado pelo inciso I, do art. 30 da CF/88 - legislar sobre assuntos de interesse local.

Sendo assim, é da competência do Município prover tudo aquilo que diga respeito ao seu peculiar interesse, assim como ao bem-estar da população, especialmente, dentre outras competências expressamente previstas no art. 9° da LOM.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Pelo que se denota, a proposta legislativa, s.m.j, impõe custos à administração pública municipal, ao dispor sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, todavia neste mister, recentemente, o Supremo Tribunal Federal julgou, com Repercussão Geral, o RE 878.911, entendendo pela possibilidade do parlamentar iniciar a deliberação a respeito de matérias que não sejam de competência privativa do Poder Executivo, independentemente de gerar aumento de despesa. Segue a ementa para melhor ilustração:

"Recurso Extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual. Lei nº 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo Municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido." (ARE 878911 RG, Relator Min. Gilmar Mendes, julgado em 29/09/2016, Processo Eletrônico Repercussão Geral - Mérito DJE-217 Divulg 10-10-2016 Public 11-10-2016)

Diante do exposto, opinamos em exarar parecer favorável a regimental tramitação da matéria.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 21 de agosto de 2019.

José Repato Montejro do Rosário

Assessor Jurídico

Luciano Beltrame

Procurador Legislativo





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 175/2019

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei. ORIGEM: Legislativo Municipal.

PROPONENTE: Vereador Vilmar Maccari - PDT

RELATOR: Vereador Joecir Bernardi - SD

SÍNTESE

Através do Projeto de Lei nº 175/2019, o autor propõe Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

RELATÓRIO

O Vereador proponente protocolou na Secretaria da Câmara Municipal, projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Em sua justificativa aduz o proponente que o intuito desta lei é de garantir aos cidadãos com alguma deficiência física ou mobilidade reduzida o direito de livre circulação com segurança, para terem mais conforto em seus momentos de lazer.

O Relator da Comissão de Justiça e Redação, após análise criteriosa da matéria em tela, concluiu por emitir parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei nº 175/2019 e encaminhá-lo ao setor competente para prosseguimento e após, para apreciação e deliberação em Plenário.

É o Relatório.

don

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná (46) 3272 - 1500 / 3272 - 1502

⊠http://www.patobranco.pr.leg.br / vereadorjoecir@patobranco.pr.leg.br









CONCLUSÃO

Concluímos por emitir parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei nº 175/2019. s.m.j.

Pato Branco, 02 de setembro de 2019.

Joecir Bernardi - SI Presidente/Relator

Marines Boff Gerhardt PSDB

Membro

Marco Antonio Augusto Pozza - PSD Membro

Rodrigo José Correia – PSC Membro

Carlinho Antonio Polazzo - PROS Membro









COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de la lacela 175 | 2013.

Pato Branco, 09 09 7019.

Ronalce Moacir Dalchiavan - PP

Presidente

Relator: Maair gregolin





COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 175/2019.

Autor: Vilmar Maccari - PDT Relator: Moacir Gregolin- MDB. Entrada na Comissão: 09/09/2019

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

RELATÓRIO

O proponente busca oferecer melhores condições de locomoção ás pessoas que tenham alguma limitação de movimentos. No que se cabe a comissão de políticas públicas, entendemos ser oportuno esse atendimento.

VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto, e entendendo ser de interesse público, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer.

Pato Branco, 23 de setembro de 2019.

Moaci Gregolin - MDB

Membro-Relator

Fabricio Preis de Mello - P

Membro

Ronalce Moacir Dalchiavan - PP

Presidente







COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de los uz 175 / 2019.

Pato Branco, <u>12/10/7019</u>.

José Gilson Feitosa da Silva – PT

Relator: Modri 600 Comia









ATA Nº 11/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 30 dias do mês de setembro de 2019, às 16h10, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: Fabrício Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP (Presidente) e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos Projetos de Lei nº 176/2019, que institui a "Semana do Futebol Amador" no Município de Pato Branco e dá outras providências; nº 175/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências; e nº 214/2019, que cria o Programa Municipal de Identificação e Tratamento de Pessoas com Fibromialgia no Município Pato Branco. O vereador Fabricio informou que está aguardando as respostas dos requerimentos que fez referentes ao Projeto de Lei nº 133/2019, que institui a Política de Desenvolvimento do Turismo Rural em Pato Branco, para posterior emissão do parecer. O mesmo vereador informou ainda que solicitou e está aquardando o parecer jurídico sobre os Projetos de Lei nº 137/2019, que obriga a disponibilização de atendente com fluência em Libras - Língua Brasileira de Sinais, em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (Upa 24 horas); e nº 60/2019 (substitutivo), que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Prevenção e Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, transmissor de doenças e dá outras providências. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 30 de setembro de 2019.

Ronalce Moacir Dalchiavan - PP

Presidente

Assessora parlamentar

Preis de Mello - PSD

Membro







PROTOCOLO GERAL 3337/2019 Data: 08/10/2019 - Horário: 10:12 Legislativo - PCOF 91/2019

Câmara Municipal de Pato Branco

Gabinete do Vereador Rodrigo José Correia - PSC

COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 175/2019



O vereador Vilmar Maccari -PDT, propôs o Projeto de Lei nº 175/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Justifica o autor da proposição que em nosso país uma dos princípios basilares é a igualdade, onde todos os brasileiros gozam dos mesmos direitos e obrigações, devendo ser garantidas oportunidades iguais aos cidadãos.

Aduz ainda que a proposição tem por finalidade garantir ao cidadão portador de deficiência e/ou mobilidade reduzida a oportunidade de livre circulação com segurança.

Após análise dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, especialmente a análise criteriosa deste relator, os membros da referida comissão atendendo ao que preceitua o art. 63 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco optaram por exarar PARECER FAVORÁVEL à regimental tramitação do Projeto de Lei em tela.

É o nosso parecer. Pato Branco, 3 de outubro de 2019.

> Rodrigo José Correia - PSC Membro Relator

Claudemir Zanco - PDT

Membro

José Gilson Feitosa da Silva - PT

Presidente









PROJETO DE LEI Nº 175/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 1º Torna obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados na área do Parque de Exposições do Município de Pato Branco, para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, entende-se por área, todos os pontos em que são realizados eventos no Parque de Exposições de Pato Branco.

- Art. 2º O fornecimento das cadeiras de rodas referido no art. 1º será gratuito, sem qualquer ônus para o usuário.
- Art. 3º No Parque de Exposições deverá haver sinalização indicando o local onde as cadeiras de rodas motorizadas se encontram disponíveis aos usuários.

Parágrafo único. As cadeiras de rodas motorizadas a serem disponibilizadas aos usuários devem:

- I permanecer em local de fácil acesso aos usuários, conforme definido pelo Poder Executivo;
 - II estar sempre em amplo funcionamento e em bom estado de conservação.
- Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
 - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Vilmar Maccari - PDT.







ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE LEI Nº 5.430 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

LEI Nº 5.430 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art, 1º Torna obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados na área do Parque de Exposições do Município de Pato Branco, para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, entende-se por área, todos os pontos em que são realizados eventos no Parque de Exposições de Pato Branco.

Art. 2º O fornecimento das cadeiras de rodas referido no art. 1º será gratuito, sem qualquer ônus para o usuário.

Art. 3º No Parque de Exposições deverá haver sinalização indicando o local onde as cadeiras de rodas motorizadas se encontram disponíveis aos usuários.

Parágrafo único. As cadeiras de rodas motorizadas a serem disponibilizadas aos usuários devem:

I - permanecer em local de fácil acesso aos usuários, conforme definido pelo Poder Executivo;

II - estar sempre em amplo funcionamento e em bom estado de conservação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Vilmar Maccari.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2019.

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

> Publicado por: Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini Código Identificador: 39F90160

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/11/2019. Edição 1887 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Deposite Em Timos de Aspositemen Rocitica Chee. Use que consistemen nos associations (1975).

INTERNAÇÃO (1975). DOREM POOUS LUZASIN E SUM SEPOSIA. Concolorinos (1975).

INTERNAÇÃO (1975). DOREM SUM SUM SEPOSIA (1975). DOREM SOURCE CONCOLORIDO (1975). DOREM SUM SEPOSIA (1975).

MANGRO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ LLI Nº 1433 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

A Camura Minicipal de Pato Branco, Estado do Parenti, aprovou e ex, Prishio, amoiono a soquete Letina dispatória a discondistigado de cedera de moda metorizada em todos de sentente testilizado en la esta do Parend de Espado de O.M. melan de Pato Branco, para portadoria de efectivada fosca ou com modaldada redicida.

Periodo fosca ou com producida de producida centra de la composição de Pato Branco.

Periodo fosca ou com producida de la colorida de noda servida de la 11 será gratuto sem qualquem com com a composição de patricida de la 11 será gratuto sem qualquem com a composição de la colorida de la

trus para a us

udiro. Art. 3º No Parque de Esposições deverá haver sinalização indicando o local ondo as tas motorizadas se encontrain disponheis aos usadrios. Partigrafo único: As cadeiras de rotas motorizadas a serem disponiblizadas aos usuários. I - permanecer em local de fácil acesso aos usualica, conforme definido pelo Poder

II - estar sempre em amplo funcionamento e em bom estado de concenação

Art. 4º As despesas decomentas da execução desta lo comenta por conta das dotações próprias, suplementadas se necesados.
Art. 5º Esta la entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Versador Vilmar Maccart

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2019.

AUGUSTNHO ZUCCHI Profess

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ LEI Nº 5 411, DE 06 DE ROVEMBRO DE 2019

l'institui a "Semana do Futebul Amador" no Municipio de Pato Branco e dá outras providências

ara Municipal de Pata Branco. Estado do Paraná, aprovou e eu Prefoto

A. Camary Myniopal de Pato Branco. Estado do Paranta, aprovios e sus Prefeto. sanciono a segúnite Leli.
Art. 1º Fos Institutica no Calendáno (Yould de Eventos do Município de Pato Branco, a "Genario do Futido Famolin" no Município de Pato Branco, Paranti, a ser realizada sinualmente no más de "Senario do Futido Famolin" no Município de Pato Branco, Paranti, a ser realizada sinualmente no más de "Genario de Futido Famolin" no Município de Pato Branco, Paranti, a ser realizada sinualmente no más de "Genario de Futido Famolin Patricia".

consulta especialmente en ...

Thomsom competigles entre ca alleias de Matold amadar municipal, incluindo ateñas de totas as idides, separando es joyos pola face están dos percipantes.

Bi-formetra a vidoragada do ateña paio bramparia, en el ca sedan do fuedo amador municipal.

Bi-formetra a vidoragada do ateña paio bramparia.

Fi-colordar a vidoragada do ateña paio bramparia.

Fi-colordar a vidoragada do ateña paio bramparia.

Fi-colordar a matolagada de a pesida esporta en cargo anterior, o Poder Esanduró.

Municipal poder de Fi-Formas despendando de ateñada por a tradigida podesa e principa.

Municipal poder de Fi-Formas despendando de ateñada de adecação desta Lei conerto por conta de debagos organizativas prignas, apelementadas se nocessãos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na dista de sua públicação. Esta Lei é de autoris dos veresdores Januário Xcalinski e Ronalde Misocir Daloho Gabriete do Prefeito, Of de royembro de 2013

AUGUSTINI-IO ZUCCHI Profess

MUNICIPIO DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ LEI Nº 5 432, DE 65 DE NOVEMBRO DE 2019

Cra o Programa Municipal de Identificação e Tratame de Pessoas com Etromialgia no Municipio Palo Branco

ra Municipal de Pato Branco, Estado do Parant, aprovou e eu, Prefeito

A Climita Muhilipia de Prist Bernot, tatibur en en min greno de considera de la considera de la considera de considera de la considera de considera de la considera de co

s na legislação. Art. 3º O município utilizará recursos próprios da saivide na qualificação dos profesioneis, arto de equipe no desanuolumento da atividades e campanhas decorrentes da execução desta

Art. If Esta Lei será regulamentada pela Poder Executiva Municipal na prazo de 90 (noverta) da data de sua publicação. Art. S' Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação. Esta Lei d de autoria do Versador Massir Gregolin.

Gabinete do Prefeito. Dá de rovembro de 2019

AUGUSTINHO ZUCCHI Profeto

MUNICIPIO DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ LEI Nº 5.433, DE OS DE NOVEMBRO DE 2019

Institus a "Semana do Empreendedoramo" no Calendório Oficial de Datas e Eventas do Município de Pisto Branco

Cocar de Dista e Eventis de Municipi de Pina Branco. Estado de Parada, aprocos e eu, Prindito, sanciorio a segúnda Lei.

Al L'Pina a instituida a "Seri una de Emperidedo/min" no Municipio de Pina Branco. Estado de comercio de Art. L'Pina a instituida a "Seri una de Emperidedo/min" no Municipio de Pina Branco. Estado de comercio de Art. 2º A comercio pido no instituida passa a inlegar o Calendário Oficial de Dista e Eventa do Municipio de Pina Branco.

Al 1º Pina "Serima" de Emprecidedormos" o Pidor Escados Wuncipio a Estado Serima de Emprecidedormos de Pina Serima de Emprecidedormos de Ostos de Estado de Esta

ades. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Esta Lei é de autoria do versador Carlinho Antonio Polistito. Gabinete do Prefeito, Ol de rovembro de 2019.

AUGUSTINHO ZUCCHI

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANA LEI M S AM DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Autorza o Executivo Municipal a doar imbres ao Estado do Paransi

Autoriza o Executivo Municipal de distribueix de Estado do Paralis, proviso e ex. Prefeto, sanctiono a seguinte List.

A.C. Limitar o Executivo Municipal de Parlo Branco, Estado do Paralis, proviso e ex. Prefeto, sanctiono a seguinte List.

A.C. Li Pica o Executivo Municipal autorizado a dora parte do Indicel Histo Forestal, com a completo de Parlo de

§ 2º Caso esta obra não seja executada no período estipulado no § 1º, o indust, retornará ao poder do Municipio. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na dara de sua publicação.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 8577, DE 8DE NOVEMBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar no exercicio de 2019 no volor de R\$ 1,910,000,00 (um milhão royacentos e satenta mil rean)

O Prefetto de Palo Branco, Estado do Parará, no uso das abibulções que Pe são o art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5261, de 19 de

DECRETA

Art. 1º Altra o Programa da Lei nº 5.053/2017 e alterações posteriores do PPA (Plans eriodo 2015/2011, conforme segue. Especificação Limpeza Publica

A1.2º Alors a aglo da Lei ef \$ 187/02/5 e alterações posteriores da LDO (Lei de Drettos Organisational do exercido de 2019 conforme seque Aglo Especificação 2008 Manufaçõe das prividades de limpeza, coleiz e processamento de lino 1.573/00000

erocké das envidadas de limpata, como e pro-cesa de la Partición de Partición de Pala Eranca, Estado de Para Lum mentar por Escado de Arecadadas de Forte de Recursos Vinculata no vistr de RS un prilidar pousantas a salarda má reala) na classificação, biccord proyem dos Albatos Vistos RS. Vistos or Escasos de Ariestados de Forte de Procons viruanea recuestra es tentra el mais y la estados facejos hiconol programEscociosaEscociosaEscociosaESCOCIO PROPERTO DE LIBERTO CONSENTA/AO DE
ESPAÇOS NUMBRODIL DE UNIFIEDA CONSENTA/AO DE
ESPAÇOS NUMBRODIL
ESP 1,970.00 C665gs 12 12.63 17 17.512 17.512 0034 Manchangao ess arrecentes de las Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoul Ovil Outras Despesas Vandves - Pessoul Ovil 3 150 11 - 511 (2007) Vericements et vintagera Fisas - Pessod Cvf 3 150 15 - 511 (2013) Outras Disspesas Vintues - Pessod Cvf 3 150 15 - 511 (2013) Outras Disspesas Vintues - Pessod Cvf 3 150 3 - 511 (2023) Married G 950,000,0 70,000,0 50,000,0 600,000.00 5.61std 1970000,00 1970000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos de la Empetada de Eveta de Ren esta Mondida a como estacolidada.

Forte	Valor RS
511 - Taxas - Frestação de Serviços	1 973 000 00
511 - Taxas - Frestação de Surviços Total	1,972,000,00

Art. 5° Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita 8 de novembro de 2019

AUGUSTIN-10 ZUCCHI

Anexa I DECRETO Nº 8.577, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

CÁLCULO PARA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
	FONTE 518	
1º Amousticyto ale o período (Ameiro a outubro de 2015)	6 150 197 06	
2º Media de Amecadação Monsal (6.150.197.06.10 = 615.019.70)	615 619 70	
3º Amecadação Prevista para 2019		
(£15.019.70 ± 12 = 7.380.238.47)	7.385.236.47	
4º Valor Atualizado	4.910.000.00	
5º Diferença de valores previsto e arrecadado	2.470.235.47	
6° Valor Utilizado	0.00	
7º Saldo a critizar	2 479 236 47	

CNJ N. 30572270,0001-38. UDERICALL - LUBERICANTES E FEÇAS LIDA, CNJ N. 30047029,0001-99. FILERAM COMÉRCIO DE MITOREAS LIDA, CNJ N. 79051735/001-31. Cabicar de Précisio Microjid de Saudade do Iguaça, FR. 12 de sovembro de 2019. MURIO CESAR CENCI FREFEITO MUNICIPAL.

ENTRALIDATA DE ELISTRO DE SERCICIO PERETTO MUNICIPAL

ESTRALIDATA DE ELISTRO DE FERCOS

FRENTO PERENCIL. - Nº. 149/2019. ATA N°. 191/2019. - FILERAM COMÉRCIO DE

MITOREZAS LITOL, CRI N°. 19951.TAS, 2001-81. ATA N°. 191/2019. - ZI INSTERA E

LOMERCIO DE FEÇAS LITOL, CRI N°. 19351.TAS (2001-81. ATA N°. 195/2019-197.

LONE CONSTRUENCIA, LITOA - EFF, CNF) N°. 18314.593/2019.51. ATA N°. 195/2019-197.

ATA N°. 197/2019. - PAUNICIO DE PERLI, CNF) N°. 18314.717/2019. - ATA N°. 199/2019-197.

AJZONATITA COMÉRCIO DE FECAS FERA TRANDESSES LITOA, CNF) N°. 23.7737.555/2019.

ATA N°. 199/2019. - PAUNICIO DE PERLI, CNF) N°. 18314.717/2019. ATA N°. 201/2019. - ATA N°. 199/2019.

ATA N°. 201/2019. - PAUNICIO DE PERLI, CNF) N°. 18314.717/2019. ATA N°. 201/2019. - DESTRIBUTORA DE LUBERICANTES FETRO OUNTE E PERLI, CNF) N°. 23.77273/2019.

ATA N°. 201/2019. - DESTRIBUTORA DE LUBERICANTES FETRO OUNTE E PERLI, CNF) N°. 27.5773.19/2010-69.

A Publicação na integra dos stos acima encontram-se disponíveis no sequinte enderego electrónico <u>letto (famoso disponácembo</u>, edoção de 18/11/2010, conforme Lei Autorizativa nº1071 de 14 de março de 2017.

CONSÓNCIO INTERMENCICIAL DE SAÓDE - CONINS TENHO DE NATURCICIO DO PROCESSO DE INTERREMENDADE DE LICITAÇÃO Nº GRAPADO TORA DE CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA ENTREMENDADE DE LICITAÇÃO, DE CONTRA DE LICITAÇÃO, TORA DE LICITAÇÃO DE LA CONTRA DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO DE PORTURBO SA MERCE ESCON ANACIGAN DE SAÚDE - NA RESE DE CADAS CERA - CONSETA PORTURBO DE CON ASSIN CONSETADO - EST, SECURIDAD SE ANACIGAN DE SAÚDE SA MESTA DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO DE CONTRADA DE CONSETADO - EST, SECURIDAD SE ANACIGA DE SAÚDES DE LICITAÇÃO DE LIC

ena carrier 31/211/81 Botação: 02/01 18:392/0012 2 001.3 3 50 38 00 30 50 50 - Force 10 % Bota 18:31/97/3

Altair José Casparetto





PLO 175/2019 - Projeto de Lei Ordinária

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas motorizadas em todos os eventos realizados no Parque de Exposições para portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

(As cadeiras deverão estar disponibilizadas em todos os pontos em que são realizados eventos no Parque de Exposições de Pato Branco. O fornecimento das cadeiras de rodas será gratuito, sem qualquer ônus para o usuário. No Parque de Exposições deverá haver sinalização indicando o local onde as cadeiras de rodas motorizadas se encontram disponíveis aos usuários)

Autor: Vilmar Maccari

Protocolo: 1911/2019 Data Entrada: 11 de junho de 2019

Leitura em Plenário: 12 de junho de 2019

Parecer Comissão Justiça e Redação nº 65 de 2019

Distribuído em: 12 de junho de 2019

Relator: Joecir Bernardi - SD

Data Anexação do Parecer Favorável: 6 de setembro de 2019

Parecer Comissão Políticas Públicas nº 51 de 2019

Distribuído em: 9 de setembro de 2019

Relator: Moacir Gregolin - MDB

Data Anexação do Parecer Favorável: 1º de outubro de 2019

Parecer Comissão Orçamento e Finanças nº 91 de 2019

Distribuído em: 1º de outubro de 2019 Relator: Rodrigo José Correia - PSC

Data Anexação do Parecer Favorável: 8 de outubro de 2019

VOTAÇÃO SIMPLES

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO № 3/2019

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 23 de outubro de 2019 – Aprovado com 7 (sete) votos e 3 (três) ausências. Votaram a favor: Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin - MDB, Rodrigo José Correia - PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP.

Ausentes, os vereadores Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, Carlinho Antonio Polazzo - PROS e Claudemir Zanco - PDT.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 30 de outubro de 2019 - Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PV, Carlinho Antonio Polazzo - PROS, Claudemir Zanco - PDT, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - SD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin - MDB, Rodrigo José Correia - PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP.

* O Vereador Amilton Maranoski - PV assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 825/2019/DL, de 30 de outubro de 2019.

SANÇÃO: Lei nº 5430, de 6 de novembro de 2019.

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B4 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7517, de 16 e 17 de novembro de 2019 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/11/2019. Edição nº 1887.



